

Sumário

Prefácio	XV
Apresentação	XXI
Introdução	1
Capítulo 1	
A Aproximação entre Direito Penal e Direito Administrativo Sancionador	7
1.1 Evolução e Conceito do Direito Administrativo Sancionador e da Sanção Administrativa	10
1.2 Fluxos Dinâmicos entre o Direito Administrativo Sancionador e o Direito Penal.....	17
1.2.1 O fenômeno da “administrativização” do Direito Penal	18
1.2.2 O fenômeno da penalização do Direito Administrativo Sancionador	26
1.3 Sanção Administrativa, Sanção Penal e a Teoria Unitária do Ius Puniendi Estatal	31
1.4 Princípios Constitucionais Penais aplicáveis ao Direito Administrativo Sancionador	37
1.4.1 Princípio do Devido Processo Legal.....	38
1.4.2 Princípio da Legalidade.....	40
1.4.3 Princípio da Tipicidade	43
1.4.4 Princípio da Retroatividade da norma sancionadora mais benéfica	46

Capítulo 2

A Nova Disciplina da Lei de Improbidade Administrativa..... 51

- 2.1 Breve Histórico da Lei de Improbidade Administrativa 51
- 2.2 A Publicação da Lei 14.230/202157
- 2.3 As Alterações Promovidas pela Lei 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa e a aproximação aos Institutos do Direito Penal 61
 - 2.3.1 Alterações de caráter geral realizadas pela Nova Lei..... 61
 - 2.3.2 Alterações de natureza processual realizadas pela Nova Lei..... 75
- 2.4 O art. 21, §§ 4º e 5º, da Lei de Improbidade Administrativa83
- 2.5 Conclusões Preliminares sobre a Lei 14.230/2021 87

Capítulo 3

A Mitigação da Independência entre as Instâncias Penal e Administrativa na Lei de Improbidade Administrativa89

- 3.1 O Princípio da Independência entre Instâncias como justificção para a múltipla e desmedida incidência sancionatória89
- 3.2 A Mitigação da Independência entre as Instâncias Penal e Administrativa96
- 3.3 A Relativização do Princípio nos Tribunais Superiores99
- 3.4 Os reflexos da sentença penal na ação de improbidade administrativa..... 103
 - 3.4.1 A sentença penal absolutória na ação de improbidade administrativa 103

3.4.2 A sentença penal condenatória na ação de improbidade administrativa	111
3.5 A Proporcionalidade como Base Hermenêutica ao Julgador	119
Conclusão	127
Referências	133